

4. Fique em casa...: olhares de dentro sobre a pandemia e as desproteções sociais

Márcio Dionizio Inácio¹

Este não é um texto sobre a política pública de assistência social, e sim uma narrativa de dentro, mais diretamente a partir de um trabalhador público em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) durante um período da pandemia por covid-19.

Embora não seja o objetivo discutir a assistência social, vale situá-la. Nesse sentido, é bom mencionar que a política pública de assistência social foi recepcionada pela Constituição de 1988. Destaco a ideia de que foi recepcionada porque ela não é fruto de uma boa vontade dos legisladores constituintes, mas o resultado de um processo histórico que se fez garantir na Constituição.

De sua previsão constitucional uma série de legislações foi dando formato a um conjunto de práticas e conquistas. Podemos mencionar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (NOB/SUAS), de 2012. A execução da política pública de assistência social ganhou formato no sentido de ter um comando único, o que proporciona que, em quase todo o Brasil, onde ela consegue chegar, ofereça seus serviços

¹ Mestre em Psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Servidor público na Secretaria Municipal da Saúde de Campinas. Pesquisador das políticas públicas de assistência social e saúde, com foco em territórios, etnografias e narrativas. Contato: marcio.dionizio.inacio@gmail.com.

dentro dos mesmos marcos legais e características técnicas, ao mesmo tempo que está descentralizada, como tentativa de alcançar as distintas populações, promovendo acesso dentro de suas características locais.

Considerando-se esse percurso, farei minha narrativa a partir do lugar concreto de um CRAS, em um território da região metropolitana da cidade de São Paulo.

Fique em casa

Em um ano marcado pela pandemia de covid-19, muito se ouviu a frase, que soava como um mantra: “fique em casa”. Como medida sanitária diante de uma ameaça à saúde pública, o imperativo se caracteriza como algo sensato, que não seria conveniente contestar ou desobedecer.

Ocorre que um problema em saúde pública não se circunscreve apenas como questão sanitária, pelo contrário, demanda ações em políticas públicas variadas e revela dimensões da vida e inúmeros problemas para a população atingida. Dimensões que, no caso da pandemia por covid-19, falam de uma vida que insiste e talvez subsista além das possibilidades dos teletrabalhos, dos *home offices* e de recursos que estão ao alcance de uma pequena parte da classe trabalhadora. Diante disso, o mantra ganhou um adendo: “Se possível, fique em casa”.

Fato objetivo, ficar em casa não foi algo possível para uma significativa parcela da população. Inúmeros são os trabalhadores, de diferentes atividades, que continuaram sendo transportados em ônibus lotados, literalmente espremidos, no transporte público que inclusive teve a frota reduzida na cidade de São Paulo, como medida tomada para evitar que as pessoas circulassem durante a pandemia. O que resultou em coletivos mais lotados ainda. O fato é que há muitas pessoas que mantêm as coisas funcionando, como é o caso dos mais diversos prestadores de serviços como motoristas de ônibus, funcionários da limpeza pública, caixas de supermercados, entregadores e tantos outros, em detrimento daqueles que puderam permanecer em casa.

Foi assim também na assistência social, atividade fundamental para o atendimento de uma grande parte da população que se viu com as condições de vida mais precarizadas e vulnerabilizadas diante da pandemia; quer dizer, diante da pandemia brasileira, cuja gestão se deu com a ampliação do número de desempregados, de pessoas com fome e com risco de despejo pelo não pagamento de aluguéis, o que revela outra face do ficar em casa. Em que casa? Em quais condições?

Como psicólogo que atua em um CRAS,² me vi fazendo coisas nesse período. Como tantos trabalhadores anteriormente citados, também não pude ficar em casa nesses tempos. Assim, me vi fazendo atendimentos presenciais, visitas domiciliares, ações de entrega de cestas básicas e participando de reuniões de trabalho. No meio desses fazeres, estive produzindo condições táticas para trabalhar e sobreviver. Certeau (1998) denomina como tática “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. Ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro, sem poder retê-lo à distância” (p. 46).

Categoricamente, conforme o pensamento de Certeau, não seria correto definir o fazer de alguém que representa o poder público como um ator que se vale dos dispositivos táticos. Os aparatos e os lugares que o poder instituído conferem aos seus são marcas deste próprio que outros atores não possuem. Mas, em uma relação de proximidade, de construção com a população atendida, mudamos de lado e ficamos mais desguarnecidos e produtores de outras lógicas e construções nas oportunidades do tempo e menos do lugar. Tenho, com isso, uma contínua sensação de indefinição de lugar nas relações que se estabelecem, o que vai ao encontro da definição de Certeau (1998):

O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha

2 Os CRAS são unidades públicas estatais onde se oferta a política pública de assistência social como proteção básica. Os atendimentos buscam atender às demandas apresentadas pela população a partir das seguranças socioassistenciais de autonomia, convivência, renda e acolhida.

não o guarda. Tem que constantemente jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. (p. 47)

Assim, meu fazer pode se traduzir em uma oportunidade no tempo (de pandemia) e um aproveitamento das ocasiões e oportunidades. Dentre aquilo que fiz e que gera oportunidades, quero destacar que fui a algumas casas em visita domiciliar,³ que serão trazidas aqui como legendas,⁴ a fim de capturar a partir dessas narrativas o movimento das pessoas em seus territórios de vida, um movimento que é história, não a partir de heróis ou de grandes movimentos, mas dos anônimos, dos vencidos, dos quase não percebidos nas lógicas cotidianas.

Primeira legenda

Fomos visitar Sílvia, eu e uma colega assistente social. Sílvia mantém a referência de atendimento com essa colega e simplesmente ignora que a família “deveria” ser acompanhada no CRAS mais próximo da casa dela, que foi recentemente inaugurado. Nosso objetivo era conversar com ela e tentar iniciar um processo de construção de vínculos com a finalidade de atendê-la no CRAS recém-inaugurado. Compreendo e muito o raciocínio de Sílvia. O território é vivido no seu uso, muito mais que em nossos mapas e divisões, que em grande parte não fazem sentido para as pessoas a que atendemos (Koga, 2003). O que parece fazer sentido é o vínculo que ela construiu com minha colega, não uma divisão arbitrária de ruas e bairros.

3 Visita domiciliar é uma estratégia de atuação utilizada na execução da política pública de assistência social. Ela serve como recurso para compreender a realidade das pessoas a partir de sua vida ativa no território. É também recurso de construção de vínculos com as pessoas e para a compreensão territorial. Também serve como instrumento de busca ativa de pessoas que estão atravessando níveis de vulnerabilidades e exclusão que não são alcançadas pela política pública por não comparecerem nos equipamentos públicos de referência (Amaro, 2003).

4 Inserida aqui como um tipo de narrativa, um jeito de contar histórias e fatos. Essa forma de narrar é bastante difundida em textos sobre heróis e santos ao longo da Idade Média. Fassini (1993) a elas se refere assim: “Entre os muitos sentidos de ‘legin’ está ajuntar, reunir, recordar, falar, discursar. Legenda significa, portanto, aquelas coisas faladas, ajuntadas, recolhidas e que devem ser lidas, aprendidas e seguidas” (p. 20).

A casa fica dentro de uma viela muito estreita. O veículo que nos levou não entra e precisa ficar na rua principal a uns cinco minutos de caminhada. Tenho medo de circular no bairro em que Sílvia mora. É de fato um lugar controlado pelo tráfico e as abordagens deles para conosco foram hostis em alguns momentos, como na ocasião em que empurraram uma colega gestante ou pediram que nosso motorista se retirasse do território. A sensação é de ser vigiado por alguns garotos que ficam à espreita. Numa rápida recorrência à lógica, penso que somos os estranhos representantes do poder público. Poder que materializa uma institucionalidade que atrapalha ou que representa no imaginário os esculachos da polícia, as cestas básicas que demoram para chegar, o Bolsa Família cortado; enfim, o abandono pelo Estado. Mas também somos, por outro lado, o lugar, muitas vezes fixo, a que se recorre para entender o que aconteceu com o benefício que não foi pago, para reclamar das dificuldades da vida, para conversar.

Ela nos recebeu. Estava com uma cachorra muito bonita e um tanto gordinha, que parecia bem cuidada, aparentemente limpa, muito dócil, e abanava a cauda o tempo todo. Sílvia me pareceu cadavérica; no início da conversa, estava quase monossilábica, à espera de uma deixa, de um aceno nosso para dizer algo. Parece-me estranho o contraste entre a idade e o envelhecimento dela. Ela parece muito mais velha do que sua idade cronológica atesta. Um contraste fui percebendo: toda a euforia da cadela quase a humanizava. Já o silêncio e a expressão distante de Sílvia a colocavam mais distante de nós.

Para entrar na casa quase tivemos de escalar as escadas pelas quais Sílvia passa todos os dias. O interior da casa nos desafia ao que é difícil. Uma janela fechada com um plástico preto. Já não há pia, e sim uma torneira onde se lavam as louças. Não há mesa nem cadeira. Uma máquina de lavar um tanto velha quase andava pela casa ao lavar as roupas. A casa tem uma laje nova, pois chovia dentro quando só havia telhado. Ainda estão presentes as escoras da laje, que parece ser recente. Sílvia pediu para adiantarem o fundo de garantia para custear a obra. Num canto, encostado na parede, um colchão encardido, local onde o filho Tadeu, de 26 anos, que não estava, dorme. Sílvia pediu para não reparar na falta de mesa ou de pia. Há tantas faltas...

Disse que quando nos ouviu chamar ficou imaginando se não seria uma notícia ruim sobre o filho João, de 21 anos. Saiu de casa ontem e não voltou.

Está envolvido com o tráfico e o consumo de drogas, e num relacionamento com uma mulher que Sílvia reprova. Disse que o coração aliviou por sermos nós e não a polícia ou a notícia de que o filho teria morrido. Pensei sobre a qualidade de notícias que ela só poderia esperar.

O assunto que mais preocupa Sílvia não é o nosso (a mudança de CRAS), nem a situação de João, e sim o outro filho, Tadeu. Ele está num percurso de ficar na rua por muito tempo, já não toma banho e anda sujo pela rua. Cata materiais recicláveis e com o dinheiro compra bebida. Ela acha que ele usa outras drogas, mas não sabe ao certo. Disse que um dos filhos falou que Tadeu usa “pedra”.

Por aqui basta do relato de Sílvia. No caso dela, os problemas postos e que já existiam antes da pandemia não deram um tempo ou ficaram em casa. Temos uma casa inabitável, uma condição de um filho que está trabalhando no tráfico e outro com questões de saúde mental, para o qual ela deseja algum aporte, uma saída para poder ter alguma dignidade. Com ou sem pandemia, há quem não fique em casa; há vínculos que se rompem dia após dia; há quem vá para a rua e por lá fique. Um detalhe: ela saiu para o trabalho de faxineira em um hospital referência no atendimento à covid na cidade de São Paulo logo após essa visita. Talvez sem saber, Sílvia também seja profissional da chamada linha de frente da pandemia.

Segunda legenda

Em outra ocasião, fomos à casa de Roberto em função de um encaminhamento realizado pelo Conselho Tutelar do local. A solicitação era saber sobre as condições da filha de Roberto, criança de dois anos que havia se queimado por negligência dos pais. O relatório encaminhado para justificar a demanda não trazia muitos detalhes, mas levantava desconfiança sobre a possibilidade de os pais serem usuários de drogas.

Tivemos que chamar um pouco até sermos atendidos. Roberto abriu a porta e parecia ter acabado de acordar. Ele trabalha à noite numa funerária. Retira corpos dos locais após autorização dos legistas e os prepara para o

sepultamento. Nesses tempos de pandemia, vem trabalhando muito. Disse-me que não tem medo do trabalho; o medo é dos vivos. Por um instante ouvi “vírus”. Mas quem tem medo do vírus?

A casa, como algumas que eu conheço, parecia uma caverna. Muita umidade se distribuía pela parede com tom esverdeado. Ficava abaixo do nível da rua, era muito escura e havia água gotejando no teto do banheiro. Em um único espaço estavam duas camas e um fogão improvisando uma cozinha. O outro espaço era o banheiro minando água.

Ele estava com duas filhas de aproximadamente sete e oito anos. Uma delas me contou que estava com as lições escolares em dia, pois pegava as apostilas na escola e os pais a ajudavam com os deveres. A esposa não estava. Ficou com a filha no hospital, onde se recusaram a liberar a criança, por considerarem que poderia ser um risco voltar para a casa. Roberto contou que a filha correu em direção ao fogão e que a água que fervia para preparar o café caiu em parte do corpo dela, ocasionando queimaduras graves.

Roberto, naquilo que pôde, manteve com sua família uma dinâmica de ficar em casa, nas condições que foram descritas e não livre de acidentes, possíveis em tantas casas, mas talvez mais possíveis naquelas condições de moradia. Ele é um trabalhador dessa invisível linha de frente, pois trabalha em atividade essencial e com muitas demandas considerando-se o momento pandêmico. A quebra do mantra “fique em casa” se dá pelas condições de trabalho na funerária, que parece ter mais riscos em si, para além da condição de alguém que circula pela cidade.

As duas realidades esboçadas aqui apresentam certas condições de ficar em casa, dentre tantas outras, que não estão captadas no discurso hegemônico. Dois disparadores podem ser apontados: falhas nas políticas públicas e o modo como a vida acontece.

Sobre a falta de política pública, fica clara a necessidade de constituir o direito de morar, de considerar as dificuldades que a população mais vulnerável tem para lidar com os processos de adoecimento, as inúmeras violências cotidianas, e tantas outras coisas que podemos puxar dessas e de outras situações que conhecemos. Como a vida acontece é talvez o maior desafio que as histórias podem disparar. Como se vive nas condições aqui apresentadas?

Como nos conformamos com situações que me parecem limites e insuportáveis? Como essas histórias interpelam nossas práticas? Quais respostas podemos oferecer?

O novo normal

O termo “novo normal”⁵ reapareceu durante a pandemia por covid-19. Quando ouvi isso pela primeira vez, até me pareceu algo novo, embora estranho. Não é muito precisa a informação, mas a origem da expressão remonta ao campo da economia, durante a crise mundial das bolsas de valores em 2009. Não quero me deter nessa origem, mas a ideia naquele tempo se referia a uma nova dinâmica dos mercados financeiros após a ruptura provocada com aquela crise.

Não posso afirmar, mas desconfio que o reuso da expressão não tenha uma intencionalidade e uma vinculação com fatos ocorridos em 2009, parece mais uma coincidência o uso do termo, tendo em comum os impactos de uma crise global, agora vivenciada com a pandemia. Não consegui encontrar produções científicas específicas sobre o tema da nova normalidade, talvez pela novidade da questão. Em rápida busca na internet, algumas similaridades de conteúdo podemos encontrar quando há referências ao termo. Percebi que há muitas reportagens em revistas e blogs falando do “novo normal”. A maior parte são textos relativos à vida corporativa, recursos humanos e a necessidade de se adaptar a esses “novos tempos”.

Talvez essa ideia de se adaptar e sobreviver (que me parece a serviço de continuar produzindo e consumindo) seja uma questão central naquilo que se tem falado sobre a nova normalidade. Não é à toa que muito se fala da necessidade de se acostumar com o uso de máscaras para estar em público, o uso de álcool gel, a importância de lavar as mãos etc., não como medida sanitária, mas como instrumento de uma sociabilidade compulsória para alimentar o sistema. Outra parte do que se encontra é sobre as “novas”

5 Termo criado pelo empresário estadunidense Mohamed El-Erian, em 2009, para falar sobre as consequências da crise econômica mundial daquele período (Barros, 2012).

dinâmicas de trabalho, em que tudo o que pode ser feito por *home office* assim está sendo realizado. E um terceiro elemento, que é desdobramento dos anteriores, evoca a necessidade de outras formas para estabelecer relações sociais, com menos encontros, menos presença e mais virtualidade – desde as compras de mercado até os relacionamentos afetivos, como namoro.

Meu estranhamento inicial, e permanente até agora, com a expressão talvez se dê por achar que ela tem cara dos privilégios. Os que fazem uso do termo tentam passar a ideia de certo “bom senso”, de que as coisas passaram a ser diferentes nas relações entre as pessoas e na forma de conduzir a vida. Para mim, sempre souo como coisa de gente muito branca e que se queixava de não ter nada pra fazer em suas casas superequipadas após um mês de confinamento. Talvez um sinônimo de uma vida de quem nunca teve que se ver com os cuidados com a própria casa, quanto mais estabelecer relações de cuidado consigo ou com os outros. Forma de vida que foi atravessada pela pandemia, uma ameaça, forçando a ficar em casa, redobrar cuidados para evitar o contágio e refrear o desejo de sair, se encontrar, se aglomerar. Não raro, dar uma escapadinha para ir beber enquanto o mundo se acaba é a marca da hipocrisia da nova normalidade.

A “nova normalidade” é expressão de uma dócil sujeição aos aparatos de controle das pessoas, seja porque em algum espectro elas se tornaram risco, seja porque ela se inscreve em um controle mais eficaz a partir de tantas tecnologias que nos rastreiam e nos escaneiam o tempo todo, seja porque há uma parcela de corpos que já não são necessários e para os quais talvez a vala comum seja um fim sem protesto ou comiseração, na normalidade de escavadeiras que abrem valas em cemitérios ou vans escolares que transportam corpos⁶ (Beiguelman, 2020).

Como encarar o “novo normal” quando se trabalha em políticas públicas essenciais, principalmente quando elas são invisíveis em tempos de pandemia?

6 Em março de 2021, com o aumento do número de sepultamentos na cidade de São Paulo, provavelmente agravado pelos óbitos durante a pandemia, os gestores municipais tomaram a decisão de contratar veículos particulares para ampliar a oferta de transporte dos corpos. Incluíram-se entre as opções de veículos a serem contratados as vans utilizadas para o transporte de alunos, uma vez que estavam com o serviço desativado por causa da interrupção das aulas presenciais.

No caso, a política de assistência social, à qual, paradoxalmente, parte da população recorre diante de dificuldades como falta de renda, alimentação ou acesso a programas sociais como o Bolsa Família, o Auxílio Emergencial, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos,⁷ mas que é pouco compreendida como política pública, não faz parte dos debates eleitorais ou nas discussões sobre orçamento público.

Atuar em uma política pública que é pouco percebida como um lugar de direito e com ações emergenciais em meio à pandemia coloca em xeque de vez essa pseudo nova normalidade. No CRAS, não pudemos executar o trabalho a partir de nossas casas, muito menos pedir isso à população demandante; em alguns períodos, pelo contrário, a quantidade de atendimentos aumentou. Tivemos que lidar com o risco de ficar sem equipamentos de proteção individual, trabalhar em ambientes insalubres (salas pequenas, sem janelas e climatizadas por ar-condicionado) e com uma população também vivendo a mais absoluta precariedade de renda e de aparatos para cuidados pessoais.⁸ Como ideal de atendimento, um CRAS é o oposto do imperativo do ficar em casa plasmado no novo normal. Parte dos atendidos a ele recorre justamente quando já não se cabe em casa e busca nele um lugar de sociabilidade. Em resumo, em um CRAS nada é normal.

Desde o início da pandemia, muitos trabalhadores da assistência social estiveram atuando nos equipamentos que mantiveram as portas abertas. No início houve muita tensão para se conseguir equipamentos básicos de proteção, como máscaras e álcool gel, sem falar na escassez de espaços, que ora não oferecem o mínimo de privacidade para se acolher alguém, ora colocam todos em risco de contaminação em tempos de pandemia. Em alguns momentos

7 Serviço de convivência e fortalecimento de vínculo é complementar ao serviço de proteção integral à família, oferta segurança socioassistencial de modo preventivo e proativo, em grupos, organizados nos diferentes ciclos de vida. Por ser atividade coletiva, foi interrompida durante a pandemia em muitos CRAS.

8 No início da pandemia, em 2020, o jornal *El País* publicou uma reportagem com dados de uma pesquisa do Instituto Data Favela/Locomotiva que destaca o aumento da pobreza, a falta de renda para obter alimentos e até garantir a higiene pessoal como ação preventiva contra o coronavírus. A reportagem menciona ações de distribuição de sabonetes e materiais de higiene para famílias vulneráveis realizadas por organizações sociais do terceiro setor (Betim, 2020).

tivemos que lidar com propostas que pareciam ignorar tudo: a pandemia, o usuário e a desigualdade.

Terceira legenda

Em uma reunião no CRAS, no mês de julho de 2020, um grupo de psicólogos, assistentes sociais e gestores públicos discutiam, em uma área cercada por uma tela, a importância da convivência e do fortalecimento de vínculos para o trabalho social com as famílias vulneráveis. Nas entrelinhas estava o desejo de catalogar essas famílias e quantificá-las nos inumeráveis relatórios de prestação de contas. O clima era um tanto estranho, uma vez que, em tempos de pandemia, o que as autoridades de saúde pública mais recomendam é evitar aglomerações como a que estava acontecendo. A proposta dos gestores de discutir vínculos e convivência talvez falasse mais sobre os desejos pessoais em tempos de pandemia que sobre as urgências técnicas.

De súbito a reunião foi interrompida. Um homem, segurando uma marmita de isopor e com as mãos ainda engorduradas pela refeição que ainda fazia, se dirigiu ao grupo reunido. E referindo-se a uma cachorra de cor caramelo e bem gordinha que o acompanhava, foco de suas preocupações, fez um pedido ao grupo. Com a voz alta acompanhada por um aparente desespero no rosto sem máscara de proteção, ele pedia que cuidássemos do cãozinho, pois ele já não tinha condições de sustentá-la e a si próprio. Ela, em suas formas roliças, parecia bem alimentada. A reunião pausou num silêncio que durou o tempo em que ele permaneceu nos olhando. Alguns olhares se desviaram. Do mesmo modo que chegou, ele também se foi, acompanhado pela cadelinha que parecia ofegante ao tentar alcançá-lo. E a reunião continuou. Assim acontece todos os dias na relação entre as pessoas, nos diversos territórios, e as políticas públicas que foram se acercando delas: uma relação estabelecida entre dizeres dissonantes, intenções distintas e necessidades tão diversas que se apresentam.

Fica a reflexão sobre qual “normalidade” está se instaurando. Uma normalidade em que tantos aparatos e discursos reforçam um controle em que o próprio indivíduo se sujeita sem perceber a condições de vigilância

constantemente. Para se manter dentro desses tempos e deste mundo, essa realidade vai “chipando” cada pessoa que se coloca nesse “novo normal”. Talvez o serviço público funcione como um tentáculo necessário de uma parte que ainda demanda outras ferramentas de controle porque já não se inserem, escapam dessa passividade de ficar em casa ou ter que ficar. Para essa parcela restam os números, as tabelas, os cálculos. E talvez para uma outra parcela reste uma vida nua, que não se deve matar, mas não se pode impedir de morrer (Agamben, 2010).

Na linha de frente

Quando as primeiras ações foram tomadas pelas autoridades públicas a respeito da pandemia, eu estava em trânsito. Tentava voltar para casa após um período de férias em Santa Catarina. Tive vários problemas para encontrar passagens para o regresso. A primeira cena que me chocou foi entrar na cidade de São Paulo: tudo estava deserto no início da noite de abril quando voltei. Lembrei-me de um fato quase apagado da memória: os toques de recolher de 2006, quando uma onda de ataques ocorreu na cidade de São Paulo.⁹

A primeira tomada de consciência foi algo confuso. Faltavam informações e sobravam memes e teorias negacionistas nas redes sociais a respeito da pandemia. Mas era preciso voltar ao trabalho no CRAS e aos poucos fui me apropriando de uma nova expressão desses tempos: “linha de frente”.

9 Entre 12 e 21 de maio de 2006, a cidade de São Paulo sofreu violentas ações por parte de uma facção do poder paralelo, Primeiro Comando da Capital, em discordância com a Secretaria de Segurança Pública do Estado. As ações eram represálias contrárias aos tratamentos que os presos recebiam no Estado e à separação e às transferências para presídios de outros estados das lideranças da facção. Vários atentados e represálias se espalharam pela cidade de São Paulo, que iam de ataques a bases de polícias, execuções de pessoas nas ruas, queima de ônibus e toques de recolher por diversos bairros. Estima-se que 564 pessoas foram assassinadas nesses confrontos. Para saber mais ver Custódio (2016).

Quarta legenda

O ônibus não demorou a passar naquela manhã de abril, quando retornei ao trabalho. Estava vazio e todos usavam máscaras. Máscaras que estavam em falta. Lembro-me de ter encomendado algumas com uma costureira.

No CRAS, as portas de correr estavam abaixadas. Colegas em “situação de risco”, que apresentavam laudo médico constatando que tinham doenças crônicas e/ou cardiorrespiratórias, foram afastados, mas os demais membros da equipe estavam por lá. Uma solicitação se fez: anotar o número de ligações. É preciso comprovar em números. O controle de nossos corpos, fiscalizando o que fazemos, é uma espécie de produção de números de atendimento, que sempre fizeram parte do jeito de gerir as coisas na assistência social. É quase uma cultura de produção industrial.

A principal procura dos usuários do serviço: comida. Estranhamente definida por aqui como “kit alimento”. E não havia o suficiente para tantas demandas. O trabalho consistia em atender telefonemas, anotar demandas e fazer inúmeras solicitações. Não falávamos sobre o que se passava. Não havia leituras críticas ou reflexões conjuntas sobre o que estava ocorrendo. Era só uma doença que estava por aí.

As imagens do período são marcantes. Os profissionais da linha de frente, produzidos no imaginário da população, não incluíam os trabalhadores do CRAS que estavam todos os dias atendendo as pessoas. Nem o motorista de ônibus, muito menos as profissionais do sexo que eu encontrava pelo caminho saindo de um *night club* perto do meu local de trabalho. Os heróis eram os médicos, sempre rodeados por equipes de pessoas vestindo branco, já de posse de seus protocolos e equipamentos de segurança. Talvez tenha se criado uma percepção de restrição da pandemia aos lugares reconhecidos como da doença, os equipamentos de saúde, em contraste com a vida de trabalho em outros lugares que era necessária para sustentar as coisas funcionando; ou a percepção de que o vírus pudesse ser relativizado em outras operações do cotidiano como ir a diversos comércios, festas, jogar bola com os amigos ou inventar colorações e critérios para classificar os riscos dos diversos municípios em

função de óbitos e ocupações de leitos hospitalares, de forma confusa e manipulável, como se fez no estado de São Paulo...

Lembro-me de um vídeo feito por profissionais de um Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família (Nasf), que teve muito alcance no Facebook. Uma equipe, ocupando o mesmo espaço e sem máscaras, dançava um funk pedindo para as pessoas não irem ao equipamento de saúde, pedindo para ficarem em casa. Todos de avental branco com o nome de uma organização social do terceiro setor, com sorriso no rosto e parecendo disputar quem conseguia melhor requebrar ou ser engraçado. Parecia inacreditável, mas essa era a linha de frente. Uma dança macabra, absolutamente contraditória ao risco que alardeavam ao ponto de tentar convencer as pessoas a não saírem de casa, considerando-se o perigo de contágio, mas por outro lado sem máscaras e sem noção do que estava por vir. Em contraste, os profissionais de outras políticas e serviços públicos foram se tornando invisíveis. O cansaço, o medo, as preocupações... Uma série de sensações que ultrapassavam os profissionais da saúde. Mas não quero reclamar aqui o lugar de profissional de linha de frente ou que serviços socioassistenciais permanecessem fechados durante a pandemia, mas é importante lembrar que as linhas de frente ao enfrentamento da pandemia foram várias. Parece pouco cabível que se tente convencer uma pessoa a não buscar atendimento numa Unidade Básica de Saúde (UBS), CRAS ou qualquer serviço público essencial durante uma pandemia. Quero deixar claro aqui que entendo os serviços públicos como os lugares, ou os produtores de lugares, de acolhimento, atenção e enfrentamento de riscos, ainda mais em situações como essa.

Quinta legenda

Os primeiros dois meses se passaram e fomos descobrindo jeitos de manter a proteção mínima para fazer as coisas. Decorrido esse período, participamos de uma palestra com uma profissional da saúde para nos explicar aquilo que já sabíamos. A mensagem da capacitação soava um tanto negacionista.¹⁰ Havia

10 O negacionismo sobre o qual se faz referência é o científico. Caponi (2020) o define como: “a uma crescente aceitação social do negacionismo científico e à desconsideração

afirmações de que a pandemia não era “tudo isso” e que se não sobrecarregasse os hospitais não haveria tantos problemas. A própria palestra ocorreu em local com pouco distanciamento social, muita gente aglomerada, embora em área livre. Acho que de fundo estava a tentativa de convencer a todos de que não havia riscos nos fazeres nos diversos equipamentos, sem qualquer diretriz clara sobre como exercer o trabalho em um momento de pandemia, para o qual não tínhamos informações o suficiente.

A ordem era não aglomerar, mas os equipamentos de assistência social se mantiveram abertos, com restrição da quantidade de pessoas na sala de espera, controlada por agendamentos feitos por telefone ou na recepção. Diante dessa possibilidade a população compareceu com suas demandas, inclusive, em números maiores que os corriqueiros. Então chegaram as cestas básicas no CRAS. Havia fome nos territórios e uma eleição municipal a ser disputada. E muita gente com fome... Muita. Mas para ter acesso à cesta básica, o nome da pessoa demandante deveria constar em uma estranha lista fornecida pelo governo estadual, lista que compunha o Programa Alimento Solidário,¹¹ que segundo o governo fora elaborada com base no Cadastro Único. Ocorre que os dados pareciam desatualizados, pois muitos telefones já não existiam, havia pessoas falecidas ou que já não moravam mais no endereço mencionado na lista fornecida. Tudo isso fazia com que as pessoas voltassem para casa com as “mãos abanando”, enquanto as cestas ficavam amontoadas no pouco espaço disponível que tínhamos.

de argumentos racionais em diversos âmbitos, desde o terraplanismo até a condenação à mal chamada ideologia de gênero, passando pelo criacionismo e pela rejeição às ciências humanas e sociais”. Suas consequências podem ser diversas, mas seguramente se percebe uma maior exposição aos riscos em situações como a pandêmica, a partir do estímulo à não adoção de estratégias de proteção. Há uma verdadeira complexidade de características na produção do negacionismo científico: (i) identificação de conspirações; (ii) uso de falsos experts; (iii) seletividade, focalizando em artigos isolados que contrariam o consenso científico (*cherry-picking*); (iv) criação de expectativas impossíveis para a pesquisa; e (v) uso de deturpações ou falácias lógicas, conforme apontam Camargo Júnior e Coeli (2020).

- 11 O Programa Alimento Solidário foi criado pelo governo do estado de São Paulo com a finalidade de garantir a saúde alimentar de milhares de famílias, a partir de parcerias com empresas privadas. Tem como meta distribuir um milhão de cestas básicas em todo o estado de São Paulo.

Diversas epidemias estavam ocorrendo no Brasil, nos distintos territórios e realidades: fome, desemprego, falta de moradia, isolamento... As diferenças territoriais impuseram essas distintas realidades, seja pelas disparidades entre áreas mais incluídas e com melhor acesso a serviços públicos e privados e áreas mais periféricas e com maior exclusão. Como se mencionou, a crise atual revelou uma pandemia de fome, do aumento da violência contra a mulher, da falta de moradia, até do aumento das intolerâncias religiosas e contra grupos ditos minoritários, como migrantes, negros, LGBTQIA+. Presenciou-se situações de humilhação de entregadores, afrontas racistas a trabalhadores da parte de consumidores que se recusavam a usar máscaras em determinados estabelecimentos, dentre outros.¹² Inclusive um termo começou a ser utilizado para traduzir essa amplitude: sindemia. Segundo Frei Betto (2021), “sindemia significa que a doença infecciosa não pode ser encarada isoladamente. Ela se entrelaça com fatores sociais, políticos e econômicos, como desigualdade social, distribuição de riqueza, acesso a bens essenciais, como moradia e saneamento”. Porém em alguns contextos parecia que a pandemia de covid-19 era uma coisa única, vivida de forma única e em condição de igualdade por todos.

Nessa perspectiva de uma ameaça biológica igual para todos, nós aprendemos seus sintomas, que se assemelham aos de uma gripe, devendo-se prestar atenção a eventuais agravos de complicações respiratórias. No entanto, dos tantos sintomas atribuídos ao vírus nesses tempos, um sintoma pouco descrito ou percebido foi a cegueira, afinal, a produção de uma heroica linha de frente composta por médicos e alguns profissionais de saúde invisibilizou tantas pessoas e trabalhos que sustentaram serviços e operações necessárias para o viver. Invisibilizaram-se também as desigualdades: as desigualdades de riscos de contágio e de morte, as desigualdades frente às possibilidades de se ficar em casa, as desigualdades de acesso a serviços e benefícios, as desigualdades estruturais de um país em que a miséria não para de crescer. Em matéria da

12 Um caso que ganhou repercussão foi o de um desembargador que humilhou um guarda civil na cidade de Santos, após ser multado por ele por andar sem máscara na orla. O desembargador tentou se recusar a receber a multa, rasgou e jogou no chão na frente do guarda e ligou para uma autoridade do governo do estado reclamando da conduta do trabalhador (Lima, 2020). Detalhe da cena, embora não se caracterizando como afronta racial, era tratar-se de um desembargador branco e um guarda negro.

BBC realizada por Juliana Gragnani (2020) intitulada “Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo”, a jornalista vai descrevendo situações que estamparam como a pandemia copiou o padrão das desigualdades sociais ao fazer suas vítimas. Os mais vulneráveis vitimizados são trabalhadores da linha de frente, de serviços essenciais e pessoas que têm maior dificuldade para acessar serviços públicos.

Sexta legenda

Pandemia reconhecida e instalada, em outra manhã o ônibus custou para vir. Eu chegaria atrasado com certeza. Quando chegou ao ponto, estava lotado e não havia lugar para sentar, mesmo diante da informação da prefeitura da capital de que os coletivos não circulariam com pessoas em pé ou com todos os assentos ocupados. Nas tentativas e erros, coisa de gestão, um estranho rodízio só fez piorar as coisas para os usuários do sistema. O rodízio estipulava, inicialmente, que os veículos particulares com placas de final par só poderiam circular nos dias pares e os de final ímpar, nos dias ímpares. Consequentemente, em plena a pandemia, o trânsito era intenso. Pelas ruas, muita gente sem máscara. E eu me sentia uma pessoa com sorte: sorte de não ter me contaminado.

Reuniões com trabalhadores passaram a acontecer frequentemente no CRAS. Era como se não houvesse uma pandemia. Eram rodas de conversa com dinâmicas de grupo já batidas, mas experimentadas como novidade, como algo diferente, como uma reunião em que se queria falar de cooperação e as pessoas precisavam jogar um novelo de barbante para outro participante e manter-se segurando uma ponta deste, formando uma teia, para falar da interdependência das pessoas. O emaranhado de fios ligando as pessoas me fez pensar na dinâmica de contágios por vírus. Talvez a reunião trouxesse pouca novidade conceitual e falasse mais das pessoas ali reunidas, de seus desejos, medos, carências e negacionismos.

O tempo passou dentro dessa pandemia. Aos poucos o assunto passou a ser uma segunda onda de contaminação iniciada pela Europa e a perspectiva da chegada das vacinas. Pelo menos uma vez me vi chegando ao ponto de

ônibus e a condução estar de partida. Corria atrás do coletivo, mas ele partia como se eu estivesse afrontando um sistema de transporte impecável. Foram dias para chegar atrasado e para pensar no tal trem da história. Acho que perdemos.

Atendimentos individuais se acumulando, máscaras bem ajeitadas nos queixos dos atendidos, o que nos obrigava ao apelo de ajustá-las ao entrarem nas salas, cobrindo devidamente o nariz e a boca. Na gestão dos serviços, a ameaça e o ensaio do retorno de atividades coletivas. Um desespero diário.

Um dia alguém avisou que não poderia trabalhar, porque um familiar testou positivo para covid. A informação foi ocultada de todos os trabalhadores para preservar a privacidade de alguém que simplesmente desapareceu do trabalho. E os riscos coletivos após reunir as pessoas, manter os atendimentos em números elevados e a convivência das pessoas em momentos de refeições?

Outra vez uma pessoa de alto cargo da gestão reuniu todos os trabalhadores em uma roda de conversa. Falava dos riscos da pandemia e resolveu tirar as máscaras para demonstrar que estava usando duas, seguindo falando, sem elas, para explicar como estava bem protegida. A vontade é sempre de sair correndo.

Essas legendas traduzem o quanto a percepção de risco e exposição de quem está na linha de frente foi relativizado. Essa relativização parece conformar a vida e suas operações cotidianas a um corriqueiro, quase um pacto entre trabalhadores e usuários nessa “covidização” da vida (Beiguelman, 2020). Covidização que circunda entre permanecer sob controle em casa ou desaparecer entre os números das vítimas.

Sobre a pandemia e as desproteções: provocações finais

Aldaíza Sposati (2020) apresenta alguns questionamentos aos assistentes sociais que atuam na política de assistência social a partir de um texto produzido como síntese de uma enquête feita com esses profissionais pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Profissões e Instituições (NEPPI), do Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

em parceria com o Comitê SUAS/SC – Covid-19: em defesa da vida!. Parte dos questionamentos podem ser estendidos aos diversos profissionais que atuam nas políticas públicas, principalmente nesses tempos de pandemia.

Uma de suas constatações é a de que continuam pouco claros entre trabalhadores do SUAS o conteúdo e a direção social de seu trabalho. Decidi partir desta constatação, com a qual eu “concordo”, para desenvolver esta última seção do texto. Mas tal constatação precisa comparecer aqui como uma pergunta: afinal, o que se faz na assistência social? E, mais ainda, o que se faz em tempos de pandemia?

Em geral, ouve-se que é na atuação desta política que se efetivam direitos sociais das pessoas. Mas de que direitos falamos que não extrapolam a ideia de suprir uma emergência de alimentação e o direcionamento para o mercado de trabalho (quando as taxas de desemprego chegam a 14% da população ativa), em uma lógica disfarçada de que se está lidando com gente ociosa e que não se esforça? E quando a garantia de uma cesta básica muitas vezes se recoloca mais como um assistencialismo do que como um real reconhecimento de um direito e de uma consequente leitura de uma realidade de retirada da dignidade humana, que esses tempos estão conferindo às pessoas, de modo particular aos pobres?

Por aí passa a sentença de ficar em casa. As duas primeiras legendas revelam vidas de pessoas que quase não conseguem ter o direito de morar (Santos, 2007) e que de sobra mantêm as coisas funcionando em trabalhos que nem percebemos dos enclaves fortificados (Caldeira, 2000) de nossas casas. Pelo texto de Aldaíza, percebi a importância da pergunta sobre as desproteções e a gestão de risco. E essa questão também deve estar nos nossos horizontes. Quais desproteções se desvelaram nesses tempos? Desproteções associadas às desigualdades, às invisibilidades e à tentativa de uma gestão da vida, que inclusive desconsidera as territorialidades e as identidades constituídas a partir dos lugares de vida.

A “coronavida”, metáfora desses tempos de “novo normal”, descrita e problematizada por Giselle Beiguelman (2020), faz pensar na bestialidade desses tempos, na desumanidade das relações, que parecem ganhar destaque. Afinal, que humanidade estamos a produzir?

Termino com uma pergunta feita por uma amiga que leu e criticou esse texto em seu processo de construção: como teria sido se não fosse assim? Uma pergunta candente de respostas a serem forçadas.

Referências

- Agamben, G. (2010). *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. 2a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Amaro, S. (2003). *Visita domiciliar: guia para uma abordagem*. Porto Alegre: AGE.
- Barros, O. (2012). O ‘novo normal’. *Valor*. Recuperado de: <https://valor.globo.com/eu-e/coluna/o-novo-normal.ghtml>.
- Beiguelman, G. (2020). A pandemia das imagens: retóricas visuais e biopolíticas do mundo covídico. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 23(3), 549-563.
- Betim, F. (2020). Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do coronavírus. *El País*. Recuperado de: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-28/sem-acoes-especificas-86-dos-moradores-de-favelas-vaopassar-fome-por-causa-do-coronavirus.html>.
- Caldeira, T. P. R. (2000). *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp.
- Camargo Jr., K. R., & Coeli, C. M. (2020). A difícil tarefa de informar em meio a uma pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2).
- Caponi, S. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Pandemia pela Covid-19 – Estudos Avançados*, 34(99).
- Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes do fazer*. 3a ed. Petrópolis: Vozes.
- Custódio, R. (2016). O passado que assombra o sistema de Justiça paulista. *El País*. Recuperado de: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/11/opinion/1462995958_330424.html.

- Fassini, D. – OFM. (1993). *Legenda dos Três Companheiros: iniciação à vida religiosa e franciscana*. São Paulo: Edições Loyola.
- Graghani, J. (2020). Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. *BBC*. Recuperado de: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53338421>.
- Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vivos*. São Paulo: Cortez.
- Lima, I. (2020). Desembargador humilha guarda após multa por não usar máscara em SP: 'Analfabeto'. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2020/07/19/desembargador-humilha-guarda-apos-multa-por-nao-usar-mascara-em-sp-analfabeto.ghtml>.
- Santos, M. (2007). *O espaço do cidadão*. 7a ed. São Paulo: EdUSP.
- Sposati, A. (2020). *SUAS e trabalho profissional: a/o trabalhadora/or assistente social*. Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Profissões e Instituições (NEPPI), Departamento de Serviço Social (DSS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Recuperado de: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2020/08/suas_trabalhoprofissional_aldaiza_vfinal-1.pdf.

